



RELISE

COMBINANDO EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS¹

**COMBINING ENTREPRENEURSHIP AND SOLIDARITY ECONOMY:
IMPLICATIONS FOR PUBLIC POLICIES**

*Emerson Leonardo Schmidt Iaskio²
Fernando Antonio Prado Gimenez³*

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES), também denominada Economia Social e Solidária (ESS), é composta por grupos de pessoas ou associações que trabalham conjuntamente para gerir suas atividades econômicas. Esse modelo econômico busca resgatar a dimensão ética e humana nas relações econômicas por meio do estabelecimento de novos princípios e modelos econômicos alternativos. A ES é frequentemente descrita como uma nova corrente e modelo econômico que procura contribuir para a melhoria da qualidade de vida de pequenos produtores que enfrentam desvantagens socioeconômicas (Ferguson, 2018).

Em oposição à perspectiva da solidariedade, o empreendedorismo é frequentemente associado a iniciativas individuais voltadas à maximização do lucro (Warnecke, 2014). O termo empreendedorismo está relacionado ao ato de criar e gerir um negócio com fins de ganho pessoal. Empreendimentos como start-ups, pequenos negócios e até grandes corporações são frequentemente vistos como a materialização do empreendedorismo (Warnecke, 2014).

¹ DOI: doi.org/10.5281/zenodo.18115686

² Universidade Federal do Paraná. iaskio@gmail.com

³ Universidade Federal do Paraná. gimenez@ufpr.br



Nos últimos anos, contudo, tem havido um reconhecimento crescente de novas formas de empreendedorismo que promovem objetivos sociais e ambientais, além do ganho financeiro. Essas novas formas de empreendedorismo emergem com foco em objetivos sociais e no bem-estar da comunidade, em vez de se concentrarem exclusivamente na maximização do lucro.

Além disso, nas organizações da ES há uma resistência em discutir conceitos econômicos e financeiros. Dessa forma, debates sobre temas como custos de empréstimos e estratégias de mercado podem ser percebidos como contrários ao ethos do modelo de ES (Morais & Bacic, 2020). A incorporação desses aspectos poderia levar a um afastamento da ênfase central na capacitação social e na cooperação, aproximando-se de mecanismos mais capitalistas (Warnecke, 2014).

Por outro lado, o empreendedorismo no contexto da ES tem recebido atenção significativa nos últimos anos (Dacheux & Goujon, 2011). Pesquisadores e estudiosos têm explorado o papel do empreendedorismo na ES, destacando seu potencial para empoderar comunidades marginalizadas e promover justiça social e econômica (Stoyanov & Zhelyazkov, 2019; Toma, 2022).

O empreendedorismo desempenha um papel crucial na ES. O empreendedorismo social, em particular, constitui uma atividade econômica que se concentra em valores sociais, objetivos e investimentos que geram excedentes em benefício das comunidades, em vez de priorizar exclusivamente o lucro financeiro (Felix & Klimczuk, 2020). Empreendedores sociais na ES buscam atender necessidades sociais que não são adequadamente supridas pelo Estado ou por agentes comerciais (Toma, 2022). Eles frequentemente se engajam em iniciativas voltadas à criação de valor social e à promoção do bem comum (Felix & Klimczuk, 2020).



Este editorial apresenta reflexões sobre como formuladores de políticas públicas podem utilizar essas diferentes discussões relacionadas ao empreendedorismo nas organizações da ES para elaborar políticas que fomentem esses empreendimentos. Assim, o texto está estruturado em três seções adicionais. A próxima seção é dedicada à definição da ES. A terceira seção discute as conexões entre empreendedorismo e ES. A seção seguinte destaca as implicações para as políticas públicas de empreendedorismo no âmbito da ES. Por fim, a seção conclusiva aponta as complexidades inerentes à relação entre ES e empreendedorismo e defende a formulação de políticas sensíveis que aproveitem os pontos fortes tanto da ES quanto do empreendedorismo.

DEFINDO ECONOMIA SOLIDÁRIA (ES)

A Economia Solidária (ES) não possui uma definição universalmente aceita (Gaiger, 2017). No entanto, é geralmente descrita como um sistema econômico alternativo que prioriza objetivos sociais e ambientais em detrimento da maximização do lucro. O próprio termo está sujeito a variações, como economia popular solidária, economia popular, socioeconomia solidária (Iaskio, 2007) e economia social e solidária (Morais & Bacic, 2020).

Existem também diferentes termos para se referir às organizações que atuam no âmbito da ES, tais como empresas sociais, empreendimentos cooperativos e empreendimentos de base comunitária, dependendo do país em que estão localizados e do contexto específico em que operam. Por exemplo, nos países nórdicos, as cooperativas estão associadas à participação social e a valores democráticos. Na Espanha e na França, são classificadas como economia social e terceiro setor, enquanto na Noruega integram o setor voluntário. Nos países asiáticos, são reconhecidas como parte da economia social, como cooperativas ou como sistemas intermediários. Na África, podem



ser denominadas setores cooperativos ou filantrópicos, e na Austrália, como setor filantrópico. Em toda a América Latina, os termos variam desde economia popular, no Equador, economia informal, no Peru, até economia do trabalho, na Argentina, sendo que tanto o Brasil quanto a Colômbia as identificam sob o guarda-chuva da ES. Essas diversas terminologias ao redor do mundo evidenciam um debate contínuo sobre a natureza e os objetivos dessas organizações entre acadêmicos, pesquisadores e formuladores de políticas públicas (Duque et al., 2021).

Em geral, a ES refere-se a um modelo econômico alternativo que busca promover justiça social e econômica ao priorizar princípios como cooperação, igualdade e empoderamento comunitário (Dacheux & Goujon, 2011). Também procura deslocar o foco da estrutura econômica, enfatizando a saúde das pessoas e do meio ambiente em detrimento da ênfase convencional nos lucros e em definições restritas de crescimento econômico (Warnecke, 2014).

Além disso, a ES abrange uma ampla gama de atividades econômicas, incluindo cooperativas, iniciativas de comércio justo, agricultura apoiada pela comunidade, bancos de tempo e empresas sociais (Gaiger, 2017). Caracteriza-se por empreendimentos que desenvolvem atividades sociais e/ou perseguem objetivos sociais, frequentemente em cooperação com o Estado ou com organismos locais, ou de forma independente (Dacheux & Goujon, 2011; Ferguson, 2018; Stoyanov & Zhelyazkov, 2019; Warnecke, 2014).

Os empreendimentos da ES distinguem-se das empresas tradicionais pelo fato de seu objetivo principal ser a geração de excedentes em benefício das comunidades, e não a maximização do lucro em favor de stakeholders individuais (Dacheux & Goujon, 2011). Esse movimento teve início com o reconhecimento das limitações das economias de mercado tradicionais em lidar com questões sociais e ambientais e da necessidade de um sistema econômico mais inclusivo e sustentável (Gaiger, 2017). A partir do declínio do Estado de



bem-estar keynesiano e da ascensão do neoliberalismo, cresceu a desilusão com a abordagem centrada no mercado para o desenvolvimento econômico. Em resposta, o conceito de ES emergiu como uma forma de resistência a esse paradigma econômico dominante (Dacheux & Goujon, 2011).

O interesse pelo estudo da ES vem se intensificando, especialmente entre pesquisadores da Europa, América do Norte e América Latina. Importantes organizações internacionais, como as Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos, a Comissão Europeia, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e a Organização Internacional do Trabalho, ressaltam sua relevância (Duque et al., 2021).

Diversos pesquisadores e estudiosos têm enfatizado a importância da ES como um meio de questionar as estruturas capitalistas tradicionais e enfrentar problemas sociais e ambientais. Um ponto comum na literatura é o reconhecimento das limitações das economias de mercado tradicionais para lidar com essas questões e da necessidade de modelos econômicos alternativos que priorizem o bem-estar dos indivíduos e das comunidades (Dacheux & Goujon, 2011; Ferguson, 2018; Gaiger, 2017).

EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

No contexto da ES, o empreendedorismo refere-se à criação e à operação de empreendimentos econômicos que sustentam princípios como cooperação, justiça social e solidariedade entre seus membros e no âmbito da comunidade em geral. Caracteriza-se pelo foco na tomada de decisão coletiva, em estruturas de governança democrática e na distribuição equitativa de recursos e benefícios (Duque et al., 2021; Warnecke, 2014).

Laville (2010) estudou a evolução das associações e cooperativas ao longo do último século, enfatizando seu crescimento significativo e o surgimento de uma sociedade civil global. O autor elucidou o conceito de ES, que promove



relações cooperativas e está enraizado nas aspirações do século XIX por uma sociedade interconectada. Embora algumas cooperativas tenham se afastado de objetivos de transformação social radical, outras conseguiram se transformar em entidades controladas pelos trabalhadores. Laville (2010) conclui destacando a necessidade de contínua experimentação desses arranjos econômicos e defende uma abordagem cautelosa e equilibrada que envolva tanto o setor público quanto o privado.

Ao analisar a forma como o empreendedorismo é frequentemente percebido como uma ferramenta de acumulação de riqueza e de sucesso individual nas economias capitalistas dominantes, Warnecke (2014) afirma que essa concepção, muitas vezes associada à masculinidade, representa apenas uma pequena parcela da atividade empreendedora, embora influencie fortemente o formato das políticas de empreendedorismo. Warnecke (2014) aprofunda a relação entre o empreendedorismo individualista e a busca por um desenvolvimento socialmente sustentável, destacando o papel do microcrédito na promoção da construção comunitária. O estudo critica a ideologia dominante do empreendedorismo, que tende a retratar os empreendedores como heróis individuais, argumentando que essa visão pode entrar em conflito com os princípios centrais da ES. Nesse sentido, discute-se a influência de valores individualistas em iniciativas de microfinanças, sugerindo que estes podem prejudicar os esforços de fortalecimento comunitário.

Parente (2016) apresenta contribuições a partir de um projeto de pesquisa realizado entre 2010 e 2014, cujo objetivo foi explorar o campo emergente do empreendedorismo social em Portugal e em seu contexto global. Ao abordar uma lacuna na pesquisa portuguesa, o estudo analisa as metodologias e as trajetórias das organizações do terceiro setor (OTS) nesse domínio. Um destaque do artigo é o contraste estabelecido entre a ES — conceito que ganhou impulso na década de 1990 em regiões francófonas — e



as economias sociais tradicionais. Esse modelo mais recente, a ES, defende valores igualitários e tem ganhado expressiva relevância, especialmente nos países da América Latina desde sua consolidação (Parente, 2016).

Pazaitis et al. (2017) desenvolvem um estudo exploratório sobre a Enspiral Network, sediada na Nova Zelândia e que atua globalmente por meio de facilitação online. O foco recai sobre a ideia emergente do cooperativismo aberto, que combina elementos das cooperativas tradicionais com o movimento dos bens comuns. Diferentemente das cooperativas tradicionais, o cooperativismo aberto enfatiza uma perspectiva social e ambiental mais ampla, defendendo interesses globais, governança *multistakeholder* e o bem comum compartilhado. Os autores estabelecem uma conexão entre o cooperativismo aberto e a ES, destacando a ênfase comum em necessidades sociais, democracia econômica e sustentabilidade.

García et al. (2018) investigam a natureza das empresas sociais na Espanha em quatro contextos socioeconômicos: a economia social de mercado, o Terceiro Setor de Ação Social, a ES e o empreendedorismo social. A ES é apresentada como uma alternativa ao capitalismo centrada no ser humano, enquanto o empreendedorismo social prioriza o impacto social em detrimento do lucro. Na Espanha, esses conceitos se interseccionam, resultando em empresas sociais que combinam ambas as ideologias. O estudo identifica diferentes tipos de empresas sociais para cada contexto e conclui propondo uma tipologia específica para as empresas sociais espanholas, sugerindo pesquisas adicionais para sua validação (García et al., 2018).

Abad (2019) apresenta uma crítica ao modelo econômico neoclássico, particularmente à sua representação dos agentes econômicos como entidades isoladas e competitivas, bem como à tendência de analisar a economia de forma dissociada dos contextos sociais mais amplos. O autor destaca o conceito de ES como uma alternativa às abordagens capitalistas convencionais, combinando



princípios das economias social e solidária. Essa perspectiva introduz um paradigma alternativo que desafia os modelos econômicos tradicionais, incorporando dimensões teóricas, políticas e empresariais. Nesse paradigma, os empreendimentos enfatizam a democracia, a autogestão e o empreendedorismo coletivo.

Stoyanov e Zhelyazkov (2019) analisam os modelos de negócios da economia social, com foco particular nas empresas sociais da União Europeia. O estudo explora conceitos como economia social, empreendedorismo social e empresas da economia social, destacando uma tendência emergente de convergência entre esses termos, que passam a representar organizações com objetivos e focos semelhantes. Os autores identificam cinco modelos de negócios predominantes na economia social: cooperativas sociais, empresas sociais (com finalidades sociais e comerciais), franquias sociais e empresas socialmente responsáveis (Stoyanov & Zhelyazkov, 2019).

Velasco Burgos et al. (2020) estudaram a ES e o empreendedorismo social no município de Ábrego, na Colômbia, constatando que essas organizações desempenham um papel fundamental no crescimento socioeconômico local. O empreendedorismo, especialmente o social, é apresentado como um mecanismo essencial para o desenvolvimento regional, sendo as organizações da ES um exemplo de integração entre estabilidade econômica e benefícios comunitários. O estudo destaca o papel complexo dessas organizações na promoção do desenvolvimento local e aponta a necessidade de políticas mais favoráveis e de mais pesquisas para compreender seu potencial em larga escala (Velasco Burgos et al., 2020).

Baque Villanueva et al. (2020) argumentam que, para os atores envolvidos na Economia Social e Solidária (ESS), é fundamental considerar indicadores como planejamento, recursos humanos, gestão ambiental, marketing, administração, contabilidade e finanças. Esses indicadores permitem



identificar e fortalecer capacidades internas e enfrentar fragilidades que afetam a competitividade dos empreendimentos.

Morais e Bacic (2020) analisam a ESS no Brasil, destacando a necessidade urgente de um ecossistema empreendedor solidário que a sustente. O estudo, de caráter exploratório e qualitativo, ressalta o papel essencial desse ecossistema, enfatizando as complexidades de sua construção, especialmente diante das fragilidades estruturais existentes. Utilizam o conceito da “tríplice hélice” para explicar a relação coevolutiva entre os elementos do ecossistema, destacando o papel fundamental das incubadoras de empresas no apoio a empreendimentos emergentes (Morais & Bacic, 2020).

Ao caracterizar o ecossistema empreendedor solidário da ESS como uma “rede de atores” fortemente interligada, impulsionada pela cooperação mútua e pelas dinâmicas regionais, os autores enfatizam seu enraizamento em sistemas de inovação política, produtiva e territorial. Tal ecossistema prospera a partir da interdependência de seus componentes, semelhante a uma cadeia alimentar, favorecendo produtividade, criatividade e estabilidade. Nesse contexto, os autores defendem uma reconceitualização do empreendedorismo adaptada à natureza associativa da ESS, destacando a importância da cooperação, da tomada de decisão coletiva e de projetos compartilhados, ao mesmo tempo em que alertam contra estruturas estritamente capitalistas. Ao descrever a ESS como um conjunto de entidades econômicas que priorizam o bem-estar humano e ambiental em detrimento do lucro, Morais e Bacic sustentam que ela representa uma alternativa sustentável ao modelo econômico dominante orientado pelo lucro. Embora reconheçam a trajetória histórica robusta da ESS no Brasil, ressaltam a necessidade de políticas públicas que fortaleçam esse campo e garantam sua sustentabilidade (Morais & Bacic, 2020).

Hudson (2021) descreve a ES como um paradigma econômico orientado por princípios como mutualismo, cooperação, sustentabilidade, democracia e



justiça. Esse modelo desafia o capitalismo ao enfatizar a governança ética e priorizar as necessidades humanas e ambientais.

Esteves et al. (2021) oferecem uma análise abrangente da ESS como força transformadora para Iniciativas Lideradas pela Comunidade (ILCs) no caminho rumo ao desenvolvimento sustentável. Em contraste com paradigmas econômicos tradicionais, a ESS enfatiza a ajuda mútua, o bem-estar comunitário e a consciência ambiental, relegando a segundo plano motivações centradas exclusivamente no lucro. Por meio das ILCs, a ESS deixa de ser apenas uma postura filosófica e se torna um agente ativo, incorporando os valores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e viabilizando sua concretização em nível local.

Copello (2022) aborda o empreendedorismo no contexto das empresas sociais com foco na promoção de um diálogo entre a ESS e a Saúde Mental Comunitária. Esse diálogo busca promover a transformação subjetiva dessas organizações. Sua pesquisa não apenas apresenta os resultados e desafios do projeto, mas também destaca seu potencial para impulsionar mudanças sociais e os benefícios holísticos da participação coletiva. A autora conclui defendendo a criação de novos espaços de diálogo e colaboração entre os diferentes atores envolvidos nos processos de mudança social.

Inácio et al. (2022) analisaram os mecanismos de prestação de contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) em Portugal. Embora o foco principal do estudo não seja o empreendedorismo, os autores abordam o empreendedorismo social como uma forma pela qual empreendedores sociais buscam responder a necessidades sociais, afastando-se de objetivos centrados exclusivamente no lucro. Embora essas organizações conciliem objetivos econômicos e sociais, sua motivação principal permanece orientada pela missão, e não pelo mercado.



Considerando que o empreendedorismo social é relevante para a ES por representar uma forma de atividade econômica alinhada aos seus valores e princípios, Bouchard e Rousselière (2022) realizaram um estudo sobre os avanços recentes na mensuração de impacto na economia social e solidária. O artigo revisa diferentes métodos de mensuração de impacto na ESS, abrangendo tanto ferramentas quantitativas, como o Retorno Social sobre o Investimento (SROI), quanto abordagens qualitativas, como a Avaliação Participativa de Impacto (API). O estudo ressalta os desafios dessas metodologias e destaca a necessidade de técnicas de avaliação mais flexíveis e sensíveis ao contexto da ESS (Bouchard & Rousselière, 2022).

Os autores também indicam uma tendência crescente à criação de métricas de avaliação mais alinhadas aos valores centrais da ESS, capazes de captar seu enraizamento territorial e seu potencial transformador, concluindo pela importância de desenvolver medidas e indicadores que reflitam de forma mais adequada os princípios e valores da ESS (Bouchard & Rousselière, 2022).

IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

A convergência entre a ES e o empreendedorismo sinaliza uma mudança significativa no campo do pensamento econômico, desafiando paradigmas estabelecidos e modelos operacionais tradicionais. Essa transformação é melhor compreendida à luz de uma diversidade de perspectivas temáticas apresentadas por estudiosos de destaque.

Em contraste com a ES, o empreendedorismo, tradicionalmente ancorado na maximização do lucro, tem sido revisitado e ressignificado na literatura contemporânea. Warnecke (2014) engaja-se nesse exercício analítico ao distinguir entre perspectivas empreendedoras convencionais e suas contrapartes modernas, que se alinham mais estreitamente aos princípios da ES.



A relação entre ES e empreendedorismo é complexa e multifacetada. Stoyanov e Zhelyazkov (2019) ressaltam essa complexidade ao argumentar que a trajetória da ES é influenciada tanto pelos marcos regulatórios vigentes quanto pela adoção de diferentes modelos de negócios. Aprofundando essa discussão, Morais e Bacic (2020) evidenciam a postura cautelosa existente no interior da ES em relação ao uso de terminologias econômicas convencionais.

A partir da discussão sobre a confluência entre ES e empreendedorismo, as implicações para as políticas públicas são diversas. Em primeiro lugar, o cenário em transformação da ES e do empreendedorismo exige estruturas de políticas públicas adaptativas. Uma vez que a ES desafia paradigmas econômicos tradicionais, os formuladores de políticas devem priorizar diálogos inclusivos que considerem as especificidades regionais e a diversidade terminológica inerente à ES, conforme destacado por Iaskio (2007) e Morais e Bacic (2020). A necessidade de adaptação regional, conforme enfatizado por Duque et al. (2021), indica que abordagens padronizadas podem ser inadequadas. Em vez disso, políticas específicas por região, informadas por experiências de base e por considerações linguísticas e culturais, podem fomentar ambientes propícios ao crescimento e à sustentabilidade das iniciativas de ES.

Em segundo lugar, a mudança em direção a valores sociais mais amplos nas atividades econômicas, observada por Warnecke (2014), demanda uma recalibração dos indicadores econômicos tradicionais. Métricas convencionais, frequentemente centradas no lucro e no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), podem não capturar o impacto holístico dos empreendimentos orientados pela ES. Assim, os formuladores de políticas precisam desenvolver e empregar instrumentos de avaliação multidimensionais que mensurem o bem-estar social, a sustentabilidade ambiental e o empoderamento comunitário. Tais instrumentos oferecem uma visão mais abrangente do desenvolvimento, alinhando os



objetivos das políticas públicas ao ethos da ES e às práticas contemporâneas do empreendedorismo.

Por fim, a emergência dos empreendedores sociais, destacada por Felix e Klimczuk (2020) e Toma (2022), apresenta oportunidades e desafios singulares. Esses atores, que operam na interseção entre a ES e o empreendedorismo, suprem lacunas sociais relevantes. Para maximizar seu potencial, as políticas públicas devem promover um ecossistema de apoio. Isso inclui não apenas incentivos financeiros, mas também iniciativas de capacitação, programas de mentoria e plataformas de colaboração. Ao reconhecer e fortalecer o papel dos empreendedores sociais, as políticas públicas podem catalisar soluções inovadoras para desafios sociais persistentes, reforçando a ponte entre viabilidade econômica e bem-estar social.

CONCLUSÃO

Em sua essência, a ES desafia as estruturas econômicas convencionais não apenas por meio de seus limites conceituais distintos, conforme destacado por Gaiger (2017) e Iaskio (2007), mas também por meio da diversidade de terminologias globais e de suas aplicações regionais, como ressaltado por Duque et al. (2021). O empreendedorismo, antes predominantemente compreendido sob a ótica da maximização do lucro, passa agora a incorporar uma perspectiva mais ampla e inclusiva.

Do ponto de vista das políticas públicas, as complexidades inerentes ao nexo entre ES e empreendedorismo exigem formulações de políticas informadas, adaptativas e sensíveis às especificidades regionais. Uma compreensão mais aprofundada dos princípios fundamentais da ES e do cenário dinâmico do empreendedorismo pode orientar de forma significativa as recomendações de políticas, garantindo que estas sejam não apenas eficazes, mas também alinhadas aos valores da ES.



A implicação central é o chamado a uma abordagem mais holística, cooperativa e centrada na comunidade no desenho de políticas públicas, capaz de aproveitar as potencialidades tanto da ES quanto do empreendedorismo para impulsionar o progresso social.

REFERÊNCIAS

- Abad, J. S. (2019). Social and solidarity economy, social entrepreneurship and popular economy in post-crisis society. *Revista de Antropologia Social*, 28(2), 205–226. <https://doi.org/10.5209/raso.65612>
- Baque Villanueva, L. K., Viteri Intriago, D. A., Álvarez Gómez, L. K., & Izquierdo Morán, A. M. (2020). Business Plan for Entrepreneurs, Actors and Organizations of Social and Solidarity Economy based on Neutrosophic AHP-SWOT. *Neutrosophic Sets and Systems*, 37(Special Issue: Impact of Neutrosophy in solving the Latin American's social problems), 224–234.
- Bouchard, M. J., & Rousselière, D. (2022). Recent advances on impact measurement for the social and solidarity economy: Empirical and methodological challenges. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 93(2), 253–266. <https://doi.org/10.1111/apce.12380>
- Copello, M. M. (2022). Economía Social y Solidaria y Salud Mental Comunitaria: diálogo de saberes en el conurbano bonaerense. *+E: Revista de Extensión Universitaria*, 17.Jul-Dic, e0031. <https://doi.org/10.14409/extension.2022.17.jul-dic.e0031>
- Dacheux, E., & Goujon, D. (2011). The solidarity economy: An alternative development strategy? *International Social Science Journal*, 62(203–204), 205–215. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2451.2011.01804.x>
- Duque, P., Meza, O. E., Giraldo, D., & Barreto, K. (2021). Social economy and solidarity economy: A bibliometric analysis and literature review. *REVESCO Revista de Estudios Cooperativos*, 138, 1–25. <https://doi.org/10.5209/REVE.75566>
- Esteves, A. M., Genus, A., Henfrey, T., Penha-Lopes, G., & East, M. (2021). Sustainable entrepreneurship and the Sustainable Development Goals: Community-led initiatives, the social solidarity economy and commons ecologies.



Business Strategy and the Environment, 30(3), 1423–1435.
<https://doi.org/10.1002/bse.2706>

Felix, J., & Klimczuk, A. (2020). Social Entrepreneurship and Social Innovation in Aging. In Encyclopedia of Gerontology and Population Aging (pp. 1–8). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-69892-2_242-1

Ferguson, G. (2018). The Social Economy in Bolivia: Indigeneity, Solidarity, and Alternatives to Capitalism. *Voluntas*, 29(6), 1233–1243.
<https://doi.org/10.1007/s11266-018-0013-z>

Gaiger, L. I. (2017). The Solidarity Economy in South and North America: Converging Experiences. *Brazilian Political Science Review*, 11(3).
<https://doi.org/10.1590/1981-3821201700030002>

García, M. S., Alfonso, C. G., Morera, T. S., & Girona, E. V. (2018). The identity of the social enterprise in Spain: Analysis from four different socioeconomic realities. *CIRIEC-España Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 92, 155–162. <https://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.92.9236>

Hudson, L. (2021). New York City: Struggles over the narrative of the Solidarity Economy. *GeoForum*, 127, 326–334.
<https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.04.003>

Iaskio, E. L. S. (2007). O que é economia solidária? In S. S. S. Bergonsi & G. B. de Lacerda (Eds.), *Cooperativismo, economia solidária e inclusão social: métodos e abordagens* (pp. 49–65). PROEC-UFPR.

Inácio, H., Costa, A. J., Bandeira, A. M., Ferreira, A., Tomé, B., Joaquim, C., Santos, C., Góis, C., Curi, D., Meira, D., Azevedo, G., Jesus, M., Teixeira, M. G., Monteiro, P., Duarte, R., & Marques, R. P. (2022). Citation: Relevant Information for the Accountability of Private Institutions of Social Solidarity: Results from Fieldwork. <https://doi.org/10.3390/economies>

Laville, J.-L. (2010). The Solidarity Economy: An International Movement*. *RCCS Annual Review*, 2. <https://doi.org/10.4000/rccsar.202>

Morais, L. P., & Bacic, M. J. (2020). Social and solidarity economy and the need for its entrepreneurship ecosystem: Current challenges in Brazil. *CIRIEC-España Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 98, 5–30.
<https://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.98.14138>



RELISE

16

Parente, C. (2016). Social entrepreneurship in Portugal: Intervention and management models in third sector. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 36(7–8), 531–546. <https://doi.org/10.1108/IJSSP-01-2016-0002>

Pazaitis, A., Kostakis, V., & Bauwens, M. (2017). Digital economy and the rise of open cooperativism: the case of the Enspiral Network. *Transfer*, 23(2), 177–192. <https://doi.org/10.1177/1024258916683865>

Stoyanov, K., & Zhelyazkov, G. (2019). BUSINESS MODELS IN THE SOCIAL ECONOMY – REVIEW OF SUCCESSFUL PRACTICES. *Trakia Journal of Sciences*, 17(Suppl.1), 176–180. <https://doi.org/10.15547/tjs.2019.s.01.029>

Toma, G. A. (2022). SOCIAL ENTREPRENEURSHIP: A CONCEPTUAL TAXONOMY. *Journal of Community Positive Practices*, 22(1), 60–76. <https://doi.org/10.35782/JCPP.2022.1.04>

Velasco Burgos, B. M., Quintana Arévalo, S. O., & Avendaño Castro, W. R. (2020). Solidarity economy ventures in Colombia | Emprendimientos de economía solidaria en Colombia. *Revista Venezolana de Gerencia*, 25(3), 572–587. <https://doi.org/10.37960/rvg.v25i3.33392>

Warnecke, T. (2014). The “individualist entrepreneur” vs. socially sustainable development: Can microfinance build community? *Journal of Economic Issues*, 48(2), 377–386. <https://doi.org/10.2753/JEI0021-3624480211>